



## AS ORIGENS INTELECTUAIS DA FILOSOFIA AMBIENTAL NO BRASIL - UMA BREVE REVISÃO<sup>1</sup>

**James Jackson Griffith**

Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa  
griffith@ufv.br

*O Brasil possui uma tradição intelectual suficientemente rica para lidar com os desafios de ordem ambiental. Entretanto, a filosofia ambiental está em seus primórdios no país. Se for incentivada, pode contribuir muito com as discussões e soluções. Como estímulo para tal, este trabalho revisa as tradições coloniais, as influências do Iluminismo Europeu e do Século XX e as tendências contemporâneas. Procura-se uma integração entre essa base e novos conceitos. Hoje, por meio da Internet, cria-se sinergia entre a tradição intelectual nacional e as idéias internacionais. Neste sentido, o Brasil tem muito a contribuir com a filosofia ambiental internacional e vice-versa.*

### *INTRODUÇÃO*

As discussões sobre assuntos ambientais – tanto questões de problemas quanto oportunidades – estão cada vez mais acirradas no Brasil. O debate cresce a cada dia porque a forma como a população se relaciona com o meio está mudando. Hoje, os

---

<sup>1</sup> Citação bibliográfica: GRIFFITH, J. J. As origens intelectuais da filosofia ambiental no Brasil - uma breve revisão. *International Society for Environmental Ethics Newsletter*, v.20, n.1, p.10-18, 2009.

cenários são muito mais complexos e globalizados que antes; existe muito mais informação sobre o meio ambiente.

O tamanho continental do Brasil é admirado por todos, mas tem gerado também grandes dilemas.<sup>2</sup> Existe a possibilidade de usar positivamente o vasto patrimônio natural, mas, muitas vezes, a exploração vem acompanhada por resultados não desejados. Estes incluem danosos impactos físicos, com a deterioração da qualidade de vida para a população atual e possíveis prejuízos para gerações futuras.

As construções filosóficas que sustentam intelectualmente essa dinâmica de desenvolvimento e impacto precisam ser examinadas. Muitas pessoas no Brasil já estão engajadas numa auto-reflexão. Estão perguntando quais as causas da evolução atual – muitas vezes prejudicial – da relação ser humano/natureza.

Este trabalho baseia-se na crença de que as causas procuradas possuem raízes tão intelectuais como práticas. As análises e explanações feitas somente em nível operacional de gestão tendem a ser incompletas. Há que esclarecer também os conceitos básicos. Chama-se a sistematização desses pensamentos “filosofia ambiental”, uma nova disciplina no mundo inteiro e, especialmente, no Brasil.

Com base no exposto, o presente trabalho pretende contribuir com a reflexão nacional sobre a questão da ambiência. Assim, em essência, apresenta uma breve revisão dos alicerces históricos da intelectualidade ambiental brasileira, mostrando que já existem diversas linhas de pensamento no país. Enfim, advoga-se que esse patrimônio filosófico é avaliado como perfeitamente capaz de sustentar no Brasil a nascente disciplina de filosofia ambiental.

---

<sup>2</sup> Para exemplos da situação ambiental atual do país, vide *Almanaque Brasil socioambiental*, São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2008.

### ***A FRUSTRAÇÃO ATUAL DOS FILÓSOFOS***

Uma revisão de material disponível na *Internet* dá a imediata impressão que a filosofia como uma atividade intelectual já está acontecendo por toda parte no Brasil. Como é apontado em um dos ensaios eletrônicos, no Brasil há muito para se refletir – os contextos ambientais e culturais são únicos. Como não poderia existir filosofia numa terra tão rica em experiência de vida e uma interface tão intensa entre a população e a natureza?

Mas, muitos filósofos brasileiros se sentem frustrados porque a divulgação de suas idéias não consegue ultrapassar os contextos regionais e nacionais. Não existe uma projeção internacional. Eles especialmente lamentam o subdesenvolvimento institucional da sua área acadêmica. Além disso, sofrem a acusação de que, filosofar, para a maioria dos intelectuais brasileiros, significa defender verbalmente o seu filósofo estrangeiro favorito. Existe pouca discussão sobre novas idéias de origem brasileira (Severino, 1999; Ribeiro, 2002; Fávero et al., 2004; Cabrera; 2006).

Ainda que parte dessa crítica seja legítima, não se deve subestimar as origens históricas da intelectualidade brasileira, mesmo sendo pouco conhecidas. Uma investigação mais profunda revela que o Brasil possui uma tradição rica e profunda em filosofia.

### ***AS ORIGENS COLONIAIS***

Conforme a versão histórica oficial, a expedição portuguesa de Pedro Álvares Cabral estabeleceu o primeiro contato europeu com o Brasil, mais precisamente em 22 de abril de 1500. Foi um dos eventos mais importantes da expansão marítima e comercial de Portugal, com efeitos singulares ao longo dos séculos XV e XVI. Ademais, de um processo explorativo dessa época, surgiu o nome do próprio país – Brasil – em alusão à espécie *Caesalpinia echinata*, que é conhecida como pau-brasil e que foi intensamente comercializada nesse período. O relacionamento com a Colônia iniciou-se de forma

reprovável sob o ponto de vista ambiental: por causa do seu valor como corante, a exploração do pau-brasil quase levou à extinção da espécie.

Como era de se esperar, considerando suas origens coloniais, os filósofos brasileiros dos séculos XVII e XVIII<sup>3</sup> foram intelectualmente obedientes aos pensadores portugueses do Século XVI. Na verdade, a filosofia ensinada nos centros eclesiásticos brasileiros era mais espanhola que portuguesa por causa da influência dos jesuítas espanhóis. A doutrina de *Ratio Studiorum* que regulamentava os jesuítas em Portugal também havia monopolizado efetivamente o pensamento nas escolas secundárias portuguesas. Estes ensinamentos foram doutrinas severas, que visavam o controle rígido e objetivavam a salvação, não para promover o pensamento individual.

Fugindo das campanhas de Napoleão, a corte real portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro em 1808. Entre as 15.000 (o número exato é desconhecido) pessoas que desembarcaram com os nobres, muitos eram homens altamente instruídos como o pensador português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). Estes pensadores trouxeram uma corrente intelectual reformadora chamada "empirismo mitigado". Ferreira, por exemplo, não só conhecia a lógica aristotélica, mas também estava familiarizado com as filosofias mais recentes de Leibniz e Locke. Como Ministro do Governo nesta sede temporária do Império Português, ele teve ampla chance para promulgar estas idéias. Ele também expôs suas próprias teorias sobre linguagem, conhecimento e os sistemas de relações internacionais.

### ***ILUMINISMO EUROPEU NO SÉCULO XIX***

A transição do Brasil de colônia para país independente em 1822 foi principalmente evolutiva. Mas, mesmo não havendo uma revolta geral, o pensamento

<sup>3</sup> O resumo apresentado neste artigo sobre os séculos XVII, XVIII e XIX é baseado principalmente nos ensaios de R. V. Rodriguez, escritos em 1985 e 1993, descrições que ele chama "o panorama da filosofia brasileira" (Rodríguez, 2007). Outra fonte valiosa é o livro de Luiz A. Cerqueira, *Filosofia brasileira*, publicado pela Editora Vozes (Petrópolis, Rio de Janeiro) em 2002.

nacional no Brasil, durante a maior parte do Século XIX, estava inspirado nos ideais do Iluminismo Europeu e focou questões de liberdade, senso de nação e organização do Estado. Os filósofos brasileiros da época, tais como Eduardo Ferreira França (1809-1857) e Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882), obtiveram a sua inspiração do ecletismo espiritualista francês.

Observa-se que deste tempo em diante, os pensamentos dos filósofos franceses, na maior parte, dominam até hoje a história da filosofia no Brasil. Digamos “na maior parte” porque, como veremos, as idéias de Kant e Marx também deixaram um legado alemão em pelo menos uma escola brasileira importante.<sup>4</sup>

A filosofia de Auguste Comte (1798-1857) tem sido a influência francesa mais importante. Ele valorizou a engenharia social e promoveu a ciência como uma nova religião da humanidade. A física newtoniana era considerada o modelo científico ideal e Comte advogou que os métodos positivistas eram capazes de abranger tudo, inclusive a arte e a religião. Durante o período final do Século XIX, muitas elites latino-americanas, especialmente no país, se tornaram defensoras dos ensinamentos de Comte. Essa influência continua até hoje no Brasil, mas com o tempo, o movimento se fragmentou e, hoje, existem escolas bastante distintas de positivismo.

De acordo com A. J. Severino, a linha inicial – o comtismo teológico – arraigou durante a transição do país de Império para República, ou seja, isto aconteceu depois da expulsão do Monarca Pedro II, em 1889. O positivismo metodológico veio muito depois. Só apareceu no Século XX, acompanhando a industrialização, urbanização e fundação das primeiras universidades públicas brasileiras.<sup>5</sup> (Ao contrário do seu desenvolvimento na maioria dos países latino-americanos, o ensino superior público é bastante recente no Brasil). Apesar destas linhas históricas diferentes, hoje, os positivistas no Brasil tendem a ser unidos no seu apoio às reformas autoritárias. Vislumbram que a modernização deve ser

---

<sup>4</sup> Amós S. Nascimento, mensagem de *e-mail* ao autor, 26 de novembro de 2007.

<sup>5</sup> Antonio Joaquim Severino, mensagem de *e-mail* ao autor, 11 de abril de 2007.

alcançada por meio da ação do Estado. E, ainda, consideram a tecnologia científica e o planejamento estratégico como os instrumentos preferidos para se chegar à modernidade.

Como era de se esperar, houve reações contra a hegemonia do positivismo que reinava no final do Século XIX, e essas críticas continuaram no início do Século XX. As objeções mais acirradas foram levantadas pela chamada “Escola de Recife”, um grupo de filósofos liderado por Tobias Barreto (1839-1889). Estes homens de inspiração teutônica não só eram contra o positivismo, mas também criticaram o ecletismo espiritualista, a já referida influência francesa. Como alternativa, os filósofos da Escola de Recife defenderam idéias neokantianas. Além disso, eles se concentraram na idéia de cultura como uma dimensão especificamente humana, a qual protege o homem contra a natureza. Isto os levou a argumentar que as leis e a moralidade são invenções culturais. Cientes que o Brasil é especialmente rico em culturas, estes opositores do positivismo e espiritualismo estabeleceram o culturalismo (a idéia que cada cultura deveria ser estudada em sua particularidade) na filosofia brasileira.

Enquanto isso, baseada no legado jesuíta já relatado, ainda corria no Brasil uma subcorrente constante do tradicionalismo ibérico. A influência colonial continuou ao longo dos séculos XIX e XX. Esta tem sido, em grande parte, uma reação eclesiástica contra o liberalismo econômico. Esses tradicionalistas, entre eles Romualdo Seixas (1787-1860), o Arcebispo de Salvador, Bahia e José Soriano de Souza (1833-1895), também criticaram o racionalismo.

### *O SÉCULO XX E A SITUAÇÃO ATUAL*

Encontram-se diversas linhas de pensamentos remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX na filosofia brasileira de hoje. Em uma tentativa de classificar as tendências presentes, Antônio Joaquim Severino (1997; 1999), da Universidade de São Paulo propôs uma taxonomia da filosofia brasileira contemporânea, listando os principais filósofos em cada categoria. De fato, muitos têm prestigiado, primeiramente, os pensadores

estrangeiros, mas, na maioria dos casos, os filósofos brasileiros também produziram ricas adaptações nacionais. A seguir, apresenta-se um resumo da taxonomia sugerida por Severino:

I. *Tradição de metafísica clássica* – uma perspectiva essencialista manifesta como neo-tomismo.

II. *Tradição positivista*.

A. Neopositivismo.

1. Logicista – discute a base lógico-formal do conhecimento científico.

2. Analítica – investiga o uso preciso e rigoroso de linguagem.

3. Epistemológica – trata não somente os aspectos formais do conhecimento científico, mas também suas condições objetivas.

B. Transpositivismo – reconhece a autonomia e relevância de ciência, mas não isola ciência de outras formas de atividade humana.

III. *Tradição subjetivista*.

A. Neo-humanismo – fazer antropologia num contexto histórico real é considerado a tarefa fundamental da filosofia (inclui existencialismo, personalismo, marxismo e teilhardismo).

B. Culturalismo.

C. Dialecticismo.

1. Tradição hegeliana/marxista – descreve o poder transformador da história por meio da práxis humana.

2. Arqueogeneologia – amplifica a reflexão filosófica além da razão pura, incluindo os impulsos básicos encontrados na subjetividade humana.

A seguinte lista elaborada por Fávero et al. (2004), conforme solicitação da UNESCO para identificar os filósofos mais comumente ensinados no Brasil, é ainda mais uma indicação da situação nacional:

*Sócrates* (o mais freqüente), *Platão*, *Aristóteles*, *Descartes*, *Jean-Paul Sartre*,

*Kant e Marx.*

Mônica Rector (2007) descreveu o desenvolvimento da semiótica no Brasil. O ímpeto principal começou em 1969 quando *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure (1857-1913), natural da Suíça, foi publicado em português. No ano anterior, as idéias de Charles Sanders Peirce (1839-1914) foram comunicadas pela primeira vez em português aos brasileiros. Isso foi feito por Décio Pignatari, quem explicou no seu livro *Informação, Linguagem e Comunicação* (1968) os conceitos-chaves desse pioneiro semiótico estadunidense.

O trabalho de Rector revela que os especialistas em lingüística, mais que departamentos de filosofia, foram responsáveis pela disseminação da semiótica no Brasil; disciplinas em semiótica têm sido incluídas tradicionalmente nos cursos de literatura e comunicação. A referida autora descreve várias associações nacionais de semiótica, os principais eventos realizados e os anais publicados. Um dos intercâmbios institucionais mais produtivos tem sido entre especialistas brasileiros e o renomado semiólogo húngaro, Thomas A. Sebeok (1920-2001). Ele os encorajou, apoiando seu desenvolvimento e publicações enquanto professor da Universidade de Indiana, EUA.

Os aspectos práticos da semiótica têm sido apropriados no Brasil pelo setor de pesquisas em multimídia e tecnologia, uma tendência que Rector (2007) prediz que aumentará no Século XXI. Ela cita também uma possível conexão ambiental sendo investigada por Irene Machado no conceito de “semiodiversidade”, criado no contexto da biodiversidade. Outra ligação citada é a tentativa do Eduardo Neiva de usar a biologia evolucionária darwiniana para reorganizar a estrutura conceitual da semiótica (Rector, 2007).

***A FILOSOFIA AMBIENTAL ATUAL***

Segundo o filósofo Amós S. Nascimento, os principais atores no atual cenário político-ambiental estão divididos entre duas visões antagônicas: a utopia ecocêntrica romântica (“ecotopia”) *versus* o realismo antropocêntrico (especialmente a racionalidade econômica). Em 2004, Nascimento apresentou na reunião anual da Associação Internacional de Filosofia Ambiental – IAEP uma sinopse da filosofia ambiental brasileira. Diz que os filósofos ficaram na retaguarda, atrás das outras profissões praticadas no Brasil. Os juristas, economistas e educadores, por exemplo, já assimilaram o assunto “ambiência” enquanto os filósofos ainda não a fizeram. Ele sugere que a aparente desvantagem atual dos filósofos seja conseqüência da classe ter perdido sua *cause célèbre*, ou seja, o protesto contra o governo militar. Essa força unificadora acabou com o retorno à democracia em 1985. Nascimento lamenta que somente alguns filósofos nacionais tenham respondido, ainda tardiamente, aos propósitos discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Nascimento opina que os filósofos brasileiros deveriam se dedicar mais à reflexão e publicar mais sobre a questão ambiental. Segundo ele, muitas das ações ambientais tomadas no Brasil ainda carecem de fundamentos filosóficos; muitas vezes são intelectualmente inconsistentes. A recomendação final desse pesquisador é que os filósofos brasileiros esclareçam melhor sua conceituação do status ontológico da natureza. Uma vez definido, ajudaria a diferenciar entre identidades naturais, ou seja, facilitaria o entendimento e a definição de “meio ambiente” no Brasil (Nascimento, 2004).

Atualmente, a educação ambiental é um assunto popular. Três escritores, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber colaboraram recentemente para descrever os seus fundamentos filosóficos num livro encomendado pelo Ministério da Educação (2008). Carvalho (2002) tem argumentado que os professores deveriam seguir o exemplo dos arqueólogos. Atuando assim, segundo ela, a contribuição deles seria desenterrar do mundo real os significados culturais de “natureza” e também “uso da

natureza”. De modo semelhante, Grün (2007), especialista em ética e hermenêutica, tem explorado novas maneiras de entender o conceito de linguagem em educação ambiental. Por sua parte, Trajber é especialista no uso de audiovisuais. Em conjunto com Larissa Barbosa da Costa (Trajber e Costa, 2001), ela organizou, anteriormente, ainda outro livro interessante, uma coleção de avaliações filosóficas sobre material audiovisual produzido no Brasil.

A educação ambiental é freqüentemente discutida, entretanto, a ética ambiental tende a criar discussões mais apaixonadas. Isto acontece porque muitas pessoas consideram o termo “ética ambiental” como sinônimo de protesto e conscientização. Esta visão é evidente em vários livros bem conceituados, disponíveis em livrarias nacionais, que levam o título principal de *Ética Ambiental*. O livro de Mauro Grün (2007) que faz uma relação entre educação ambiental e ética já foi mencionado. Existem mais dois que são, também, da autoria de professores de filosofia: O primeiro, Marcelo Luiz Pelizzoli (2004), é especialista sobre a fenomenologia continental de Husserl, Heidegger e Lévinas. O segundo escritor, José Roque Junges (2004), tem pesquisado extensivamente como as transformações socioeconômicas afetam ambientes humanos e, conseqüentemente, a saúde coletiva. Há um quarto livro sobre ética, da autoria de José Renato Nalini (2003), um jurista com considerável experiência ambiental como juiz do Tribunal de Alçada Criminal. Tanto Pelizzoli quanto Nalini manifestam nos seus trabalhos preocupações éticas com a qualidade dos ambientes urbanos. Segundo Tesh e Paes-Machado (2004), a degradação urbana como tópico é, muitas vezes, sobrepujada, no Brasil, por discussões sobre a preservação da biodiversidade.

Este trabalho sobre as origens intelectuais da filosofia ambiental no Brasil tem enfatizado mais os filósofos que os teólogos. Entretanto, pelo menos dois teólogos brasileiros, ambos dedicados ao movimento da justiça ambiental, merecem menção. O primeiro, Leonardo Boff (1995), foi membro da Ordem dos Frades Menores (Franciscanos); ele tem procurado integrar os ensinamentos de São Francisco de Assis (1182-1226) com as visões religiosas dos povos indígenas e africanos. A outra, Ivone

Gebara (1998), como membro de uma congregação dedicada aos ensinamentos de Santo Agostinho (354-430), tem escrito muito sobre a relação entre teologia e ecofeminismo. Por serem dissidentes da doutrina oficial, Boff e Gebara já foram censurados oficialmente e se apartaram das suas afiliações originais com a Igreja Católica Romana.

Boff é um dos principais proponentes da Teologia da Libertação, uma escola controversa desenvolvida na década de 1970 depois do concílio Vaticano II. Ele já foi professor de Teologia e Espiritualidade em várias instituições brasileiras e no exterior. Hoje, ele critica a maneira tradicional de tratar a Terra como se fosse “um baú cheio de coisas a pegar” e usar sem limites. Propõe um novo paradigma civilizador com quatro pré-condições: 1) entender a Terra como Gaia, 2) superar o antropocentrismo, 3) redefinir o ser humano diante da Terra e 4) recuperar a racionalidade sensível e razão cordial, cientes que “moramos numa Casa comum” (Bonanni, 2008).

Ivone Gebara também foi expoente da Teologia da Libertação no seu início. Entretanto, hoje ela considera o movimento patriarcal e caracterizado por sofrimento. Em razão dessas diferenças, tem buscado novas referências teológicas, incluindo o ecofeminismo. Acredita em ações sociais de viver o “aqui e agora” num clima alegre das “minilibertações” de cada dia, mesmo em condições de pobreza. Para ela, a religião deve reconectar as pessoas não somente entre si, mas também com a Terra e com as forças da natureza. Tal paradigma religioso deve possuir um forte componente de crítica social, incluindo-se participação em movimentos ambientais radicais. Na visão de Gebara, existe uma biodiversidade religiosa que acompanha a biodiversidade do Cosmos, da Terra e das culturas. Nesse sentido, ela é tolerante às diferenças entre crenças religiosas. Alega que hoje sabemos pela ciência que não existem leis eternas, inclusive para idéias de ordem natural – cada grupo se relaciona com o lugar e o tempo em que vive (Gebara, 2008).

### **TENDÊNCIAS PREVISTAS**

Segundo Mônica Rector,<sup>6</sup> professora de lingüística na Universidade de Carolina do Norte, um dos motivos para que os pensadores brasileiros não sejam mais conhecidos no exterior é a língua portuguesa. É pouco difundida nos meios acadêmicos e literários internacionais, embora seja o sétimo idioma mais falado no mundo.

Quanto à falta de projeção internacional dos filósofos brasileiros relatada no início desta revisão, é de esperar que isso mude logo, haja vista o uso crescente da *Internet*. Qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode disponibilizar na rede, como em um “blog”, seus pensamentos (Friedman, 2006). De acordo com a agência de informação brasileira IBOPE (CETIC.br, 2007), até o final de 2006, aproximadamente 22 milhões de pessoas tiveram acesso à *Internet* no Brasil. Apesar de possuir menos usuários que a Itália, o Brasil ainda teve mais pessoas com acesso que a Espanha. Fortalecida por esse meio internacional de comunicação, agora, a filosofia ambiental desenvolvida no Brasil tem a chance de contribuir significativamente com a intelectualidade mundial.

Em 2004, a revista oficial da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *Ação Ambiental*, publicou uma edição especial sobre filosofia ambiental. Apresentou artigos escritos por autores de diversas instituições do país. Os conteúdos dos trabalhos representaram uma variedade de escolas filosóficas no Brasil. Atualmente, a UFV, junto com a Sociedade de Investigações Florestais (SIF) e a Associação Internacional de Filosofia Ambiental (IAEP) está planejando realizar em 2010 um Simpósio Internacional de Filosofia Ambiental. Denominado FILOSAMBRASIL 2010, este evento pretende contribuir significativamente com o conhecimento nacional e mundial sobre ambiência. A intenção é de criar um círculo de reforço positivo como descrito por Hess e Ostrom (2007) no seu livro *Understanding Knowledge as a Commons*. Neste caso, pode-se dizer que o “conhecimento do meio comum” compartilhado durante o FILOSAMBRASIL 2010 reforçará o “meio comum do conhecimento” em geral e vice-versa.

---

<sup>6</sup> Mônica Rector, mensagem de *e-mail* enviado ao autor, 22 de janeiro de 2008.

Com essas iniciativas e outras, é de esperar que, daqui em diante, a filosofia ambiental evolua muito no Brasil. A presente revisão constatou que as suas origens intelectuais são riquíssimas, sendo capazes de abranger a imensa diversidade física e cultural que é o Brasil. Agora cabe ao país aproveitar esta rica tradição, adaptando os caminhos históricos a novas idéias, uma delas sendo a filosofia ambiental. Assim será possível conceituar melhor *meio ambiente*, definir uma relação ideal com a natureza e adotar ações ambientais que sejam consistentes com estes conceitos.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos a Amós S. Nascimento (Universidade de Washington, Tacoma); Antônio J. Severino (Universidade de São Paulo, São Paulo); Elias Silva (Universidade Federal de Viçosa); Fernanda Fonseca Pessoa (mestranda, Universidade Federal de Viçosa); J. Alan Wagar (Universidade de Washington, Seattle); Mônica Rector (Universidade de Carolina do Norte, Chapel Hill), Ricardo Rozzi (Universidade do Norte de Texas, Denton) e Susan G. Miller (mestranda, Universidade de Chicago) pelas valiosas sugestões e correções do trabalho. Entretanto, qualquer erro remanescente ou omissão é inteiramente da responsabilidade do autor.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOFF, L. *Ecology and liberation: a new paradigm*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1995.

BONANNI, V. Leonardo Boff: 'Oggi la mia lotta è per l'ambiente' *Liberazione*. Roma, 27 set. 2008. p.10.

CABRERA, J. *Filosofia no Brasil (Filosofia sem filósofos?)*. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/fil/cabrera/portugues/fbrasil.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2006.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica*: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002.

CARVALHO, I.C.M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. *Pensar o ambiente*: bases filosóficas da educação ambiental. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – CETIC.Br. *Acesso mundo*: 4º trimestre 2006. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/ibope/tab02-06.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2007.

CERQUEIRA, L. A. *Filosofia brasileira*: ontogênese da consciência de si. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FÁVERO, A. A. et al. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. *Cadernos CEDES*, Campinas, SP, v.24, n.64, p.257-284, 2004.

FRIEDMAN, T.L. *The world is flat*: a brief history of the Twenty-first Century. New York, NY: Farrar, Straus and Giroux, 2006.

GEBARA, I. *Teologia ecofeminista*. São Paulo, SP: Olho Dagua, 1998.

GEBARA, I. Gênero: um contínuo desafio em nossas lutas por dignidade. *MMC – Movimento de Mulheres Camponesas*, Brasília DF, 6 ago. 2008, Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/060808\\_genero.html](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/060808_genero.html)>. Acesso em: 27 dez. 2008.

GRÜN, M. *Em busca da dimensão ética da educação ambiental*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

HESS, C.; OSTROM, E. *Understanding knowledge as a commons*: from theory

to practice. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Almanaque Brasil socioambiental 2008*. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2008.

JUNGES, J. R. *Ética ambiental*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

NALINI, J.R. *Ética ambiental*. 2. ed. Campinas, SP: Millenium, 2003.

NASCIMENTO, A. S. A new role for philosophy in Brazil? The case for philosophical action and reflection on environmental issues. In: JOINT CONFERENCE OF INTERNATIONAL SOCIETY FOR ENVIRONMENTAL ETHICS AND INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ENVIRONMENTAL PHILOSOPHY, 2004, Boulder, Colorado. Disponível em:

<[http://www.environmentalphilosophy.org/environmentalphilosophy/upcoming/philosophy\\_in\\_brazil%20.pdf](http://www.environmentalphilosophy.org/environmentalphilosophy/upcoming/philosophy_in_brazil%20.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2007.

PELIZZOLI, M. L. *Correntes da ética ambiental*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PIGNATARI, D. *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1968.

RECTOR, M. Semiotics in Brazil: trends from the last century to the present. *Semiotix*: a global information bulletin, Issue 7, Jan. 2007. Disponível em: <<http://www.semioticon.com/semiotix/semiotix7/index.html>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

RIBEIRO, R. J. *Erros e desafios da filosofia no Brasil, hoje*. Palestra na reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.renatojanine.pro.br/Ciencia/erros.html>>. Acesso em: 19 mar.

2007.

RODRÍGUEZ, R. V. *O panorama da filosofia brasileira*. [S.L.:s.n.]. Disponível em:

<<http://www.ensayistas.org/critica/brasil/velez2.htm>>. Acesso em: 30 mar.

2007.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, SP: Cultrix; USP, 1969.

SEVERINO, A. J. *A filosofia contemporânea no Brasil*: conhecimento, política e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SEVERINO, A. J. A experiência filosófica brasileira da atualidade: uma proposta de sistematização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FILOSOFIA, 6, 1999, São Paulo. Trabalhos apresentados...São Paulo: USP, 1999. Disponível em:

<<http://www.hottopos.com/convenit3/severin.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

TESH, S.N.; PAES-MACHADO, E. Sewers, garbage, and environmentalism in Brazil. *Journal of Environment & Development*, v.13, n.1, p.42-72, 2004.

TRAJBER, R; COSTA, L. B. da (org.). *Avaliando a educação ambiental no Brasil*: materiais audiovisuais. São Paulo, SP: Fundação Peirópolis/Instituto Ecoar para a Cidadania, 2001.